

**POLÍTICAS CULTURAIS E “CINEMA PARA TODOS”:
reflexões e caminhos possíveis**

***CULTURAL POLICIES AND “CINEMA PARA TODOS”:
reflections and possible ways***

Patrícia SALDANHA¹; Tatiane MENDES²

Resumo: Este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado, defendida no PPGMC, que tem como base o projeto “Cinema para Todos” da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Pretende-se refletir sobre as possibilidades e limitações das políticas culturais relativas ao cinema na educação pública. Pensando o cinema como visão de mundo e a escola como espaço coletivo e político, seria tal iniciativa governamental realmente para todos? Além disso, sugere-se que as redes de cineclubes em escolas possam atuar como pontos de cultura, propondo-os como caminhos para realização de uma experiência transformadora do *ethos* e capaz de criar pontes entre os sujeitos, seus pares e suas realidades em um cenário onde a política cinematográfica é denominada como patrimônio nacional. Como metodologia de pesquisa utilizou-se um enfoque múltiplo, articulando a pesquisa de campo e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Cultura; Política; Cinema para Todos; Cineclube.

Abstract: *This article is an offshoot of the dissertation defended in PPGMC based on the “Cinema Para Todos”, a project from the State Education Department of Rio de Janeiro. It aims to reflect on the possibilities and limitations of cultural policies relating to film productions in public education. Thinking cinema as worldview and the school as a collective and political space, it would be such a government initiative really for all? In addition, it is suggested in that film clubs networks in schools can act as culture points, proposing them as ways to perform a transformative experience of the ethos and able to build bridges between individuals, their peers and their realities in a scenario where the film policy is termed as national equity. As research methodology, we used a multiple approach, linking up the field survey and literature review.*

Keywords: *Culture; Politics; Cinema Para Todos; Film clubs.*

¹ Profª Adjunta 3 da Universidade Federal Fluminense do curso de Publicidade e Propaganda; Professora do quadro permanente do PPGMC /LaPA (Laboratório de Pesquisa Aplicada), Coordenadora do Laccops e membro fundador do INPECC (Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária)/ patsaldanha@gmail.com.

² Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense no PPGMC (Programa de Pós - Graduação em Mídia e Cotidiano), membro do Laccops (Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social)/ tatunha@gmail.com.

Introdução

Este artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida em Maio de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF), cujo objeto de análise foi o projeto “Cinema para Todos”. Trata-se, portanto, de uma iniciativa do

[...] Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), sendo uma ação do Rio Audiovisual – Programa de Desenvolvimento da Indústria Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro. O Programa é realizado pelo ICEM – Instituto Cultura em Movimento, que estimula e democratiza o acesso dos alunos da rede estadual às salas de cinema, provocando debates e reflexões dentro e fora da sala de aula.³

Com objetivo de compreender o cinema como possibilidade estratégica de viabilização da educação, num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória para levantar as diversas propostas⁴ que intentavam concatenar as produções audiovisuais nas escolas ou que estavam relacionadas, em alguma medida, com os espaços escolares.

Diante do cenário diversificado, decidiu-se pelo “Cinema para Todos” como objeto de análise, uma vez que, até o momento da investigação, o projeto se mostrou mais estruturado, o que propiciou uma pesquisa de campo mais consistente. Diante dos resultados obtidos, o campo das políticas culturais envolvendo cinema e educação apresenta-se como cenário fundamental para a reflexão.

Dessa forma, o objetivo geral do presente artigo será compreender, com base na pesquisa de campo realizada durante a dissertação e posterior revisão bibliográfica, como a fruição do cinema pode ser transformadora do sujeito e de sua localidade. Já o objetivo secundário é pensar as políticas públicas envolvendo o cinema no contexto da

³ Disponível em: <http://www.cinemaparatodos.rj.gov.br/programa/o-que-e/> Acesso em 15/11/2015.

⁴ Cineduc, Educativo Tela Brasil, Oi Kabum, Cinema Nosso, Polo de Audiovisual Barra do Piraí, Escola em Mídias, Projeto Favela, nosso jeito de ver, Centro de Produção de vídeo e TV do Colégio Marista São José, Escola Técnica Adolpho Bloch, ELC – Escola Livre Cinema, CINEAD, Projeto Inventar com a Diferença, Projeto Cineclubes nas Escolas.

educação, considerando suas possibilidades e limitações, no caso do Estado do Rio de Janeiro, local de desenvolvimento específico do Cinema para Todos⁵.

Inicialmente, cabe apresentar o projeto. Iniciado em 2008, o projeto “Cinema para Todos” envolve três iniciativas base: cineclubes, oficinas de cinema e distribuição de ingressos de cinema para escolas públicas do Estado. São priorizados filmes nacionais e três possibilidades de aquisição de ingressos: o aluno pode solicitar na sua escola, a escola pode solicitar uma sessão exclusiva e o professor pode agendar sessões. Há também a proposta de encontros pedagógicos entre os professores e os organizadores do programa.

Outra vertente do projeto são os cineclubes, que são montados nas escolas e passam a fazer parte do cotidiano dos alunos em 30 municípios do Estado. Um dado relevante é que os cineclubes atendem municípios onde não há sequer um cinema⁶. Além dos cineclubes e ingressos há encontros de cinema e educação nas escolas. Finalmente, há oficinas de cinema e está disponível no site do projeto uma apostila online⁷ com informações sobre a linguagem do cinema, dicas para realizar um documentário, listagem de filmes para uso pedagógico e listagem de cineclubes no Estado para que os filmes produzidos nas escolas possam ser divulgados. Segundo o site do projeto, foram beneficiadas mais de um milhão de pessoas em 1067 escolas e 197 filmes foram assistidos.

Como percurso metodológico para observar o projeto, foram realizadas entrevistas em profundidade com os organizadores do projeto “CPT” (abril/2014) e, posteriormente, aplicados formulários com alunos, professores e realizadores do projeto. As respostas foram agrupadas por similaridades, por escola e depois, reunidas em um quadro geral com perguntas-chave para tentar traçar o perfil das respostas e estabelecer uma relação entre elas. Por fim, as respostas foram interpretadas no contexto de cada

⁵ Para tornar o texto menos repetitivo será utilizada a sigla CPT para a referência ao projeto Cinema para Todos.

⁶ Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, há 27 municípios onde há salas de cinema, o que não chega a um terço do número de municípios do Estado, que são 92. Fonte: IBGE.

⁷ Disponível em: <http://www.cinemaparatodos.rj.gov.br/site/material-pedagogico/material-pedagogico/>. Acesso em 19/03/2014 às 21h.

escola e no contexto geral. Com base nos resultados, foi possível pensar na potência do projeto “Cinema para Todos” como passível de suscitar a experiência transformadora do *ethos* e criar pontes entre os sujeitos, seus pares e suas realidades. Tal afirmação torna ainda mais importante problematizar o projeto e compreendê-lo como um ponto de partida para analisar as próprias políticas culturais do Estado fluminense e sugerir um diálogo que ultrapasse as fronteiras a partir da fortificação das redes.

A iniciativa do “CPT” se une a uma série de projetos⁸ que utilizam o cinema no contexto da educação, alguns listados na pesquisa exploratória, denotando uma tendência nas políticas culturais dos Estados brasileiros e, em caso específico, o do Rio de Janeiro. Reforça-se este argumento a partir da divulgação⁹ do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS 185/2008) alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁰ sobre modificações no currículo da escola básica, que pode incluir oficialmente o cinema no ensino de artes. Além disso, está em implementação o programa federal “Brasil de Todas as Telas”¹¹, de incentivo à produção, difusão de conteúdo cinematográfico e formação de público e profissionais.

Os projetos e leis de incentivo vêm em boa hora, quando o cenário de acesso aos meios de fruição e expressão cultural no Estado do Rio de Janeiro deixa transparecer fronteiras imperceptíveis, mas relevantes, no que tange às políticas públicas voltadas para a criação de espaços culturais e iniciativas de formação, como oficinas e cursos nos municípios do Estado. Segundo dados do Anuário de Estatísticas Culturais, do Ministério da Cultura (2010) em relação ao cinema, o Rio de Janeiro apresenta o segundo maior número absoluto de salas de cinema, porém o pior percentual de

⁸ Nos primeiros levantamentos realizados, foram encontrados 14 projetos, entre nacionais (que tenham ações no Estado do Rio de Janeiro), estaduais e municipais e muitos contam com parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, na presença de organizações não governamentais e empresas, caso do Tela Brasil (parceria entre governo do Estado e CCR). Grande parte dos projetos tem como foco o público infanto-juvenil, entre 11 e 18 anos e em ambiente escolar.

⁹ Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2014/05/13/ensino_educacaobasica_interna,427420/curriculo-da-escola-basica-pode-incluir-cinema-nacional-no-ensino-de-artes.shtml. Acesso em 15/05/2014.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 11/11/2015.

¹¹ Disponível em: <http://ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/conhe-o-programa-brasil-de-todas-telas>. Acesso em 15/11/2015.

concentração dessas salas na capital: 63,57%. Já o índice de habitantes por sala cai a 0,34%, embora o número de cineclubes seja de 27,17% dos municípios fluminenses, uma das maiores médias do país¹².

Com base nos números apresentados,

[...] o simples ato de ir ao cinema pode implicar em algo mais do que um simples programa desprezioso. Antes de tudo, demanda o acesso às salas de cinema, privilégio existente em apenas 7% do território nacional (ANCINE, 2010), localizadas marcadamente em grandes capitais e municípios com mais de 50 mil habitantes. Além disso, é necessário planejamento financeiro para uma parcela significativa da população brasileira, para quem o ingresso médio de uma sessão custa por volta de R\$10,00¹³.

Pode parecer pouco aos moradores das regiões sul e sudeste, cuja renda *per capita* gira em torno de R\$900,00 (PNAD, 2009), mas relevante, se a observação recai sobre a porcentagem de pessoas que ainda em 2011 vivem no Estado com uma renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00¹⁴ ou na informação de que a média de renda da maioria dos municípios situa-se entre R\$400,00 e R\$600,00¹⁵, caracterizando uma renda baixa. Logo, ir ao cinema é uma programação cara e de difícil acesso para a maioria da população. A situação piora se considerarmos, como pano de fundo, um país em que as salas de cinema se tornam cada vez mais raras. É cada vez mais comum observar os casos de substituição de salas de exibição por igrejas (na maioria das vezes evangélicas) e lojas comerciais, quando não são definitivamente fechadas. Sobrevivem ainda as que são resgatadas por empresas privadas que costumam receber incentivos fiscais para apoiar a atividade cinematográfica tanto para produção quanto para exibição. Por fim, torna-se cada vez mais comum a expansão de grandes complexos com qualidade técnica

¹² Segundo pesquisa da FIRJAN, o Estado é o maior mercado de produção audiovisual do país e paga ao maiores salários. Disponível em <http://www.firjan.org.br/economicriativa/pages/consulta.aspx>. Acesso em 03/10/2014. Segundo pesquisa da FIRJAN, o Estado é o maior mercado de produção audiovisual do país e paga ao maiores salários. Disponível em <http://www.firjan.org.br/economicriativa/pages/consulta.aspx>. Acesso em 03/10/2014.

¹³ Disponível em: <http://www.cinemadobrasil.org.br/> Acesso em:10/04/2014.

¹⁴ Cerca de 500 mil pessoas. fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=823133> . Ano 2011. Acesso em 03/10/2014 às 16h10min.

¹⁵ Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/110481.pdf>. Acesso em 03/10/2014.

e conforto compatíveis com os altos valores cobrados pelos ingressos o que é, conseqüentemente, uma decisão excludente para a maioria da população.

Se forem contabilizadas as presenças de grandes conglomerados de cinema no território da capital do Estado, poderá se verificar que sobrou para os festivais e projetos itinerantes a tarefa de fazer chegar, a algumas capitais, as obras audiovisuais que, de outro modo, não se tornariam conhecidas. Além de oferecer à população, em geral, a oportunidade de ter acesso à experiência do cinema, não só como público e, desta vez, como produtores. Nesse cenário, iniciativas como o “CPT” tornam-se ainda mais importantes, não somente porque provém acesso a alunos da rede pública de ensino, mas por dar aos jovens de localidades diversas a chance de ter contato com a produção audiovisual nas oficinas e na criação de um espaço coletivo de reflexão.

Fundamentadas neste cenário político e cultural, algumas questões sobressaem: na vivência das escolas, como é possível criar vinculações entre os alunos e sua realidade a partir das práticas com o cinema? Seria a cultura uma ponte capaz de construir aproximações entre os sujeitos e suas próprias comunidades? A partir do diálogo entre os conceitos de *Cidade Partida* de Zuenir Ventura (1994) e *Cidade Cerzida*, de Adair Rocha (2012), será problematizado o aprendizado do “CPT” como forma de questionar se as políticas culturais em torno do próprio “CPT” são realmente feitas por todos e para todos. Para pensar no cinema como possibilidade vinculativa do sujeito com o seu território, é necessário pensar o projeto “Cinema para Todos” como o lugar onde os participantes podem estabelecer uma relação na partilha do espaço social em que vivem. Além disso, a estrutura social firmada entre as diferentes partes deste mesmo território terá sua trama tecida pelo viés da cultura, seja em hábitos, costumes, crenças, ou mesmo, pela forma como cada indivíduo enxerga sua realidade a partir da cultura com a qual tem contato.

Assim, mais do que pensar nas escolas como lugares isolados de conhecimento e visualizar a potência do cinema como algo individual, é preciso localizá-lo em um cenário de diferentes realidades, onde os alunos cotidianamente são convidados ou obrigados a reagir imediatamente aos estímulos de imagens e mídias oferecidos pela cidade. Logo, o presente estudo pretende juntar seus esforços aos que compreendem o

cinema como meio de transformação social que pode aproximar iniciativas socioculturais tanto de lugares próximos quanto de lugares distantes, tanto interna quanto externamente. Mais do que isso, é necessário pensar no aprendizado com o “CPT” em um universo contemporâneo atravessado por inúmeras mídias e imagens, propondo uma infinidade de caminhos aos sujeitos. Haveria um ponto de comunicação possível ou estariam as iniciativas condenadas a ficarem ilhadas entre os muros de cada instituição? Ou poderiam elas ultrapassar os limites da própria comunidade, bairro, município ou cidade, através de uma conexão em rede? Para tentar compreender tais questões, serão utilizados os pressupostos de Paula Sibilía (2012) sobre a rede como sendo um modelo possível para pensar a forma social na contemporaneidade e cultura, com Muniz Sodré (2006, 2009, 2012) e George Yúdice (2006).

Políticas culturais: rupturas e continuidades a partir do “CPT”

Em Paula Sibilía (2012) encontra-se a ideia de interligação de escolas e redes que substituiriam paredes, metáfora de uma emancipação decorrente de práticas que visem à emancipação de sujeitos baseada em políticas públicas. Tal afirmação pode servir como contraponto a um processo social particularmente complexo existente no Estado fluminense, cenário onde ocorre o “CPT”. Neste local, o governo estadual atua através de um programa de ocupação de territórios/pacificação de comunidades, afetando o cotidiano de milhares de pessoas no Estado, incluindo os alunos das escolas envolvidas no projeto “CPT”, com confrontos armados e fechamento de escolas, dificultando por vezes, inclusive, a continuidade da pesquisa de campo. Este exemplo (entre diversos outros cuja descrição poderia desviar o rumo da pesquisa) mostra que a cidade, em toda sua complexidade é, definitivamente, um elemento que não pode ser desconsiderado na observação de políticas culturais

Sendo assim, recorre-se à pesquisa realizada por Zuenir Ventura (1994) na favela¹⁶ de Vigário Geral na década de 1990 para retomar o conceito de cidade partida, onde os diferentes territórios não conversam. Em vez disso, olham-se com desconfiança. A iniciativa de diálogo, para Ventura, deve vir do indivíduo e das associações da

¹⁶ Termo utilizado pelo autor.

sociedade civil. Compreendendo o contexto histórico onde Ventura realiza sua pesquisa (na década de 1990), auge da globalização, da diminuição do Estado de bem-estar social e do fortalecimento do pensamento neoliberal, há um reforço na lógica da separação, da individuação do sujeito e da perspectiva da cidadania ao poder do consumo.

De fato, se a globalização é um fenômeno de viés econômico característico das instituições e sistemas ao redor do globo, sugere-se a transmutação das estruturas sociais de seu caráter fixo para uma rede fluida de relações mundiais pautadas pelo capital. Se for associado esse direito ao fato de a “nova ordem institucional se eximir de responsabilidade para os indivíduos ou grupos da periferia” (SENNETT, 2006, p.150), nota-se que sobram, nas margens do tecido social, pessoas e partes da cidade que foram excluídas de sua condição mais fundamental pela incapacidade de se adequarem aos padrões de consumo e cognição. É neste lugar que estão inseridas as escolas do “CPT”. E no meio do caminho há um projeto de Estado (Unidades de Polícia Pacificadora) cujo bordão “unificar territórios” não parece ainda passar pela realidade dos alunos. Seria o caso de, como quer Ventura (1994), apostar nas iniciativas da sociedade civil como forma de resgatar e fazer dialogarem os diferentes territórios da cidade? Ou será que cabe às políticas públicas a promoção de iniciativas que visem à consolidação da cidadania dos alunos como pertencentes a um só Estado? Neste ponto, acrescenta-se que o território conhecido pelos alunos nas aulas de geografia das escolas públicas não se encontra recortado, dividido em nichos, mas mapeado por um só governo, cujas iniciativas devem visar, de forma igualitária, a toda a população. Entretanto, nas escolas visitadas que participam do “CPT”, não parece haver a comunicação entre os polos ou mesmo entre os cineclubes. Longe disso, parecem ilhas isoladas onde as descobertas não podem se tornar comuns a alunos de outras escolas. Segundo relato de uma das professoras entrevistadas, foram realizadas tentativas de promover sessões conjuntas entre escolas da região, mas não houve retorno de nenhuma outra unidade. Não seria esse um sintoma de uma cidade/Estado que ainda se encontra fragmentada e cujas iniciativas de governo não parecem visar um bem de fato comum a todos? Mas que bem seria esse e de que forma o “CPT” poderia auxiliar nesta tarefa?

Para compreender a ideia recém apresentada de bem comum, será necessário recuar até o conceito aristotélico de construção da ética, do bem comum e da cidadania, sendo este último elemento como sendo condição inata ao homem. Assim, segundo o pensador grego, na própria ideia de justiça, necessária para a construção de um bem comum, há a perspectiva de que é o "bem do outro, visto que se relaciona com o nosso próximo fazendo o que é vantajoso a outro, seja um governante, seja um associado" (ARISTÓTELES, 1996, p.49). Aplicando tais conceitos à atualidade, cabe às políticas culturais, então, a produção de virtudes que visem à coletividade e ao bem comum, não considerando desta vez, a cidadania, como condição inata ao homem, mas proporcionada a ele por um Estado capaz de promover políticas públicas de inclusão, logo, justas.

Mas como compreender as ideias de bem comum em um cenário onde a justiça e a cidadania parecem existir apenas para uma parte da cidade? Um breve olhar para as escolas estaduais visitadas demonstra que em grande parte dos casos a potência de transformação social reside nas iniciativas individuais e incansáveis de diretores e professores, batendo-se contra os sistemas burocráticos e encontrando brechas para poderem manter, ainda que precariamente, o vínculo entre alunos e escola. Não caberia esse papel também ao Estado, já que este deveria promover as tais políticas inclusivas?

Que ingrediente seria necessário para que os diferentes territórios da cidade, fragmentados, se aproximassem? Apropriando-nos da ideia de cidade polifônica (CANEVACCI, 1997), onde as múltiplas vozes ainda procuram o reforço dos códigos comuns entre seus pares para a interação social, caberiam então às práticas culturais a mediação dos afetos, a costura dos lugares e a proposição dos novos vínculos em um cenário de ressignificações urbanas?

Para Adair Rocha, na obra *Cidade Cerzida*, a própria construção da cidade não é feita "sob condições iguais" (2012, p.37), existindo uma linha divisória entre os diferentes territórios da cidade que delimita não somente a circulação de pessoas, mas a abrangência de políticas e direitos sociais. E se o governo limita e fragmenta as políticas, também de cada lado os habitantes da cidade enxergam-na somente sob seu foco pessoal, sem compreenderem o território como algo em comum. Mais do que isso,

há a convicção de que a transformação social virá pelo viés do indivíduo, dando-lhe ferramentas com que conquistar sua própria emancipação como se esta fosse unicamente fruto de seu esforço individual e não resultado da interação entre este e seus pares na cidade. Neste território urbano “a diferenciação permanece brutal no que diz respeito aos direitos” (ROCHA, 2012, p.101) e a escola reproduz as mesmas fragmentações reforçadas pelas instituições e pelos veículos de comunicação, que são, segundo o autor, um olhar de fora.

Não há assim, crítica contundente sobre os discursos que legitimam o Estado de exceção em muitas áreas da cidade, como se não pertencessem ao governo, ou fossem signatários de outra forma de cidadania. Em igual medida, qual seria a trama necessária para unir os diversos lados dos territórios? A aposta de Zuenir Ventura (1994), ainda tímida, e a de Adair Rocha (2012), contundente, é a da cultura, como o “espaço propiciador de maior nitidez no reconhecimento do perfil das diversidades das dobras do poder [...]. A cidade pode deixar de ser partida para se cerzir na nova possibilidade da relação favela/asfalto” (Ibid., p.112). A cultura é também a escolha deste artigo, instrumento por meio do qual se acredita ser possível atingir o outro em um nível particular de consciência: na sensibilidade. Seriam então as experiências sensíveis com o cinema uma possibilidade de promover um alinhavar de olhares e uma desconstrução de preconceitos sobre as cidades e sobre o outro?

Políticas culturais como ação tática de inclusão

Dessa forma, a análise para a constituição do “CPT” serve como premissa para sugerir que, no que tange ao cinema, as políticas culturais, tanto no âmbito interno quanto no externo, ainda têm, em algum grau, o formato de pontos de cultura isolados entre si. Sem desconhecer ações de extrema relevância, como o projeto “Imagens em Movimento”¹⁷, torna-se premente mapear propostas que visem criar redes de cinema e educação, sendo necessário que tais práticas possam ser multiplicadas e fortalecidas pela ação constante dos Estados. Uma vez que a aproximação econômica e política já se direciona como um caminho possível, é preciso que as ações no viés da cultura

¹⁷ Disponível em: <http://imagensemovimento.com.br/> Acesso em 11/06/15.

encontrem amplitude nos territórios nacionais criando pois, redes de pontos de cultura que possam englobar atividades como mostras de filmes nacionais e até estrangeiros, oficinas de cinema envolvendo intercâmbios entre os estados, festivais e, quem sabe, produções compartilhadas.

Sob este aspecto, emerge a importância do cineclube (como iniciativa política de Estado) no qual reside este grão utópico (JAMESON, 1995) com o qual pode ser factível tentar aproximar políticas, cidades e pessoas e amalgamar práticas culturais, visões de mundo e sujeitos através do fazer e fruir fílmico. Há indícios de que o elemento de transformação pesa prioritariamente para o caráter estético e coletivo da experiência fílmica. Parece então, ser o fato de serem lugares de compartilhamento sensível e cotidiano o que torna os cineclubes espaços políticos de construção de pensamento crítico e vínculos em relação à cidade e ao outro.

Por esse viés, enxerga-se um potencial nos núcleos onde foi implementado o “CPT”, mas somente enquanto projeto permanente, inserido no cotidiano da comunidade e organizado em rede (algo que ainda não ocorre atualmente). Da mesma forma, será preciso estender esses projetos como uma grande trama sensível que gere uma rede dos seres "em comum", gestando vinculações ao território (visto como igual para todos) e do social, diminuindo a distância entre práticas culturais e o cotidiano de seus participantes e reterritorializando espaços geográficos e simbólicos. Sendo o espaço urbano um “fenômeno cultural” (PESAVENTO, 2007, p.14) que encerra aproximações e distanciamentos entre as mais distintas territorialidades, aponta-se para um caminho possível para novas redes culturais entre filmes e pessoas, entre práticas e países, dialogando com Yúdice (2006, p.25) para pensar a cultura como um recurso para “a melhoria sociopolítica e econômica”.

Sobre a relação entre cidadania e cultura outra vez Yúdice aponta que direitos culturais

[...] incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua de sua escolha, ensinar sua língua e cultura a seus filhos, identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha, descobrir toda uma variedade de culturas que compreendem o patrimônio mundial, adquirir conhecimento dos direitos humanos, ter uma educação. (Ibid., p.41)

Ou seja, para consolidar a experiência cinematográfica como de fato cidadã, é necessário que os participantes da rede engajem-se na produção e reflexão fílmica para que possam conscientizar-se de seu papel na comunidade onde moram, sensibilizando-se para a busca de soluções para seus cotidianos. No recorte que fazem com a câmera, na seleção do que podem filmar, existe um gesto de refletir sobre o mundo, fazer escolhas estéticas que podem se tornar éticas na medida em que refletem sobre o que se faz. É necessário então que a prática fílmica possibilite transformações de olhares para o mundo. Mais do que isso, é preciso reconhecer o lugar compartilhado pela prática cinematográfica como parte de um espaço urbano, coletivo, político e cultural, o qual é fundamental compreender e, com o tempo, transformar. Para que tal fenômeno ocorra, sugere-se que fortalecer projetos de viés majoritariamente público se torna fundamental.

Considerações finais

Ao longo do presente texto, no qual se teve a intenção de fortalecer o debate sobre o acesso à cultura como estratégia de consolidação de cidadania, a percepção é que inúmeros questionamentos ainda se fazem presentes, sugerindo aprofundamentos e análises que o espaço do artigo não abarca. Contudo, norteia-se uma possibilidade, entre tantas, e uma convicção na responsabilidade do Estado em prol de um espaço cultural compartilhado, coletivo. Em sendo o acesso à cultura um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal¹⁸ brasileira, pensar na distância entre as populações dos municípios fluminenses, as salas de cinema e as oficinas de prática cinematográficas e uma forma de pensar em um estado de exceção, como observa Agamben. Por conseguinte, o filósofo italiano observa ser a exceção

[...] a possibilidade jurídica da suspensão dos direitos estabelecidos e garantidos [...] imposta ou mesmo estabelecida com permissão da própria sociedade. [...], consolidação de uma estrutura social [...] cujos reflexos se traduzem agora em ações de Estado no sentido de conter e segregar. (AGAMBEN, 2010, p.8)

¹⁸ “Art. 215: o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10648364/artigo-215-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em 03/10/2014.

Localiza-se na ação dos cineclubes do “CPT” então, uma potência de tornar-se um espaço cultural, público e político, não somente pelo compartilhar simbólico de alunos e professores, mas pelo fato de o espaço concatenar possibilidades de acesso à cultura para funcionários das escolas, pais de alunos e moradores da região. Indo além, compreende-se que os cineclubes podem ser o ponto de convergência e disseminação cultural que ultrapassa fronteiras e pode ser considerada o marco para a construção de iniciativas mais ousadas e, principalmente permanentes, na rede pública de ensino.

Projetos de fomento às artes e ensino de novas tecnologias podem e devem ser estimulados, mas é preciso localizá-los em um cenário comunitário, mais do que somente educacional. Logo, os alunos podem ser empoderados como agentes sociais de transformação a partir do momento em que as iniciativas em suas escolas trouxeram como efeito “colateral”: a aproximação da população local de práticas culturais (nacionais e estrangeiras) e, em consequência, cidadãos. Tornando, assim, a escola um lugar conectado a uma rede cultural, será necessário abrir as portas do projeto a todos os moradores e demais funcionários da escola. Além disso, é necessário garantir que o “CPT” se torne uma política permanente de Estado (o que ainda não é totalmente) isso implicando a ocorrência não só de ingressos, mas de oficinas e cineclubes em todos os locais. Afinal, é necessário que se tenha acesso não somente ao fazer fílmico, mas à exibição de filmes e ao exercício coletivo e sensível de pensar, não só o cinema como o mundo.

E sendo o cineclube um núcleo para onde os afetos e olhares convergem, é preciso estender as mãos em prol de uma rede de comunicação que se firme para além das estruturas hierarquizadas dos Estados, para além dos limites geográficos, tornando-se um ponto de cultura de cada espaço urbano. A ideia da rede pode facilitar o acesso aos filmes entre as comunidades e entre os países, a eventos culturais e educativos das escolas e, principalmente, facilitar a aproximação entre cidadãos. Interligar os espaços e pessoas é a alternativa apontada, entre muitas possíveis, para tornar a escola um lugar coletivo de fato. Dessa forma, sugere-se que, para tornar-se de fato emancipatória, a opção pelo interligamento dos cineclubes reforçaria os laços sem os quais será impossível pensar em cidadania e transformação social.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ANCINE. **Mapeamento Nacional de Salas de Exibição**. 2010. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/estudos.htm>. Acesso em: 03/10/2014 às 16:17h.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- BERGALA, Alain. **A Hipótese-Cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: Booklink/UFRJ, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: um ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRESQUET, Adriana M. **Cinema e educação: Reflexões e experiências com professores e estudantes dentro e fora da escola**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>. Acesso em: 03/10/2014 às 15h.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, Fredric. Reificação e utopia na cultura de massa. In: **As marcas do visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995, pp. 9-35.
- LEÃO, Geraldo. Entre a escola desejada e a escola real: os jovens e o ensino médio. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**. 1 ed., v. 1, Rio de Janeiro: Editora da UFF/ FAPERJ, 2014, pp.19-30.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo na sociedade das massas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **Elogio da razão sensível**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. **O ritmo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. **Homo eroticus**. Comunhões emocionais. Trad. Abner Chiquieri. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- MAIA, João. L. A.; BIANCHI, Eduardo. Réveillon de Copacabana: territorialidades temporárias. In: MAIA, João; FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. (Org.). **Comunicações e Territorialidades: Rio de Janeiro em Cena**. 1 ed., v. 1, Guararema: Anadarco, 2012, pp. 127-145.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva, 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

_____. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____. **A comunicação na educação**. Trad. Maria Immacolata Vassalo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em números**: anuário de estatísticas culturais. 2010. Brasília: MinC, 2010. Disponível em <http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>. Acesso em 03/10/2014 às 15h32min.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no Sec. XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOGUILLANSKY, Marina. Cine, política y Mercosur. Un balance de los comienzos de una política cinematográfica regional. **Políticas Culturais em Revista**, 2(2), 2010.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun. 2007.

ROCHA, Aldair. **Cidade Cerzida**: a costura da cidadania no morro Santa Marta. 3 ed. rev. ampl., Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO/PALLAS, 2012.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. 1 ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMMEL, Georg. Pont et Porte. In: **Tragédie de la Culture et autres essayes**, Trad. Maria Inácia D'ávila-Neto. Paris: Rivages, 1988.

SOARES, Raquel. P. A. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 6, 2012. pp. 63-75.

_____; MALERBA, João Paulo Carrera; CUSTODIO, Leonardo. Comunidade gerativa e Comunidade de afeto: propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária. **Animus** (Santa Maria. Online), v. 12, 2013. p. 244.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em Rede. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes, 2012.

VASSALLO DE LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em Comunicação**. 12 ed. v. 1, São Paulo: Loyola, 2014.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.